

**4. PROTOCOLO ENTRE O EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR E O MUNICÍPIO DE BRAGA PARA A REALIZAÇÃO DA VI CAPITAL DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO:**

**Da Vereadora da Cultura**, submetendo o protocolo entre o Eixo atlântico do Noroeste Peninsular e o Município de Braga que tem por objetivo a realização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico, em anexo.

**PROPOSTA**

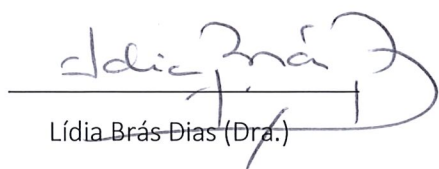
**ASSUNTO: Protocolo entre o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e o Município de Braga para a realização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico.**

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelece, no respetivo artigo 23.º, n.º 1, que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”. E, nos termos do n.º 2 alínea e) do mesmo artigo, o Município dispõe de atribuições, designadamente, nos domínios do património e da cultura. Aliás, determina o artigo 33.º, n.º 1, alínea t), que “compete à câmara municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal”.

Tendo em conta a vontade do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e do Município de Braga, que possibilitam a execução conjunta do projeto Capital da Cultura do Eixo Atlântico, **PROPÕE-SE** que o Executivo Municipal aprove o Protocolo entre o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e o Município de Braga para a realização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico (em anexo).

Braga, 13 de março de 2020

A Vereadora da Cultura,

  
Lídia Brás-Dias (Dra.)

202316



## **PROTOCOLO ENTRE O EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR E O MUNICÍPIO DE BRAGA PARA A REALIZAÇÃO DA VI CAPITAL DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO**

O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular é uma associação transfronteiriça integrada por 35 municípios e entidades da Galiza e da Região Norte de Portugal, sendo a sua finalidade principal o desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico das cidades e regiões que o constituem, tendo em conta os seus âmbitos prioritários de atuação, entre os quais se conta a proteção e promoção de todo o tipo de atividades sociais, culturais e desportivas que se identifiquem com as raízes e identidades dos municípios.

O Município de Braga pretende afirmar-se continuamente como Capital de Cultura e, nessa medida, a afirmação na euro-região em que estamos inseridos é fundamental. A Capital da Cultura do Eixo Atlântico é o momento para o fortalecimento do vínculo de Braga com a euro-região, que tem vindo a ser sucessivamente renovado nos anos mais recentes.

Dada a afirmação da Cultura como prioridade no âmbito da ação municipal – opção confirmada pela declaração de Braga como Cidade Media Arts da UNESCO e pela ambição de ser Capital Europeia da Cultura em 2027 – o acolhimento da Capital da Cultura do Eixo Atlântico torna-se um passo determinante no processo de envolvimento da comunidade numa crescente dinâmica e fruição cultural.

Tal como pressuposto na mais recente versão da Agenda Urbana do Eixo Atlântico, «através da criatividade e das indústrias culturais é possível reforçar o sentimento de pertença, melhorar a imagem e fortalecer a identidade da cidade mediante o estabelecimento de uma nova visão dos valores próprios e dos produtos tradicionais e endógenos do território». Por isso mesmo, a elaboração de um programa de ações especialmente centrado nas sinergias possibilitadas pela rede de cidades do Eixo Atlântico será a oportunidade para o desenvolvimento de novos estilos de vida «sem perder as referências físicas e simbólicas da sua memória histórica».

Dados os laços que nos unem em termos históricos e sociais, será potenciada a criatividade como momento de «inovação aberta» e de «valorização do património cultural local», tal como mencionado na já citada Agenda Urbana.

Por fim, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), estabelece, no respetivo artigo 23.º, n.º 1, que “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”. E, nos termos do n.º 2 alínea e) do artigo citado, o município dispõe de atribuições, designadamente, nos domínios do património e da cultura. Aliás, determina o artigo 33.º, n.º 1, alínea t), que “compete à câmara municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal”.

No âmbito das atividades culturais transfronteiriças a realizar no contexto do projeto MC2 - INTERREG V A Espanha-Portugal – POCTEP, o “Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular” organiza o evento Capital da Cultura do Eixo Atlântico.

Neste sentido, na reunião da Comissão Executiva que se realizou no dia 3 de dezembro de 2018 na cidade de Pontevedra foi aprovada a candidatura da cidade de Braga para organizar a VI Edição da Capital da Cultura do Eixo Atlântico.

Tendo em conta a vontade do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e do Município de Braga, que possibilitam a execução conjunta do projeto Capital da Cultura do Eixo Atlântico, vinculam-se as duas instituições através do presente protocolo.

Assim,

A Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (adiante Eixo Atlântico), com o número de identificação fiscal 503990698, com sede na Av. Inferior à Ponte D. Luis I, 55, 4450-074 PORTO, representada neste ato pelo Secretário-geral, na pessoa de Xoán Vázquez Mao.

E



O Município de Braga, com o número de identificação fiscal 506901173, com sede em Praça de Município – 4700-435 Braga, representada pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, na pessoa de Dr. Ricardo Rio, intervêm em função dos seus respetivos cargos e no exercício das competências que daí advêm e formalizam o presente protocolo de acordo com as seguintes cláusulas:

Primeira

**Objeto**

O presente protocolo tem por objetivo estabelecer as condições pelas quais se orientará a cooperação entre o Município de Braga para a organização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico.

A realização deste evento pressupõe a realização de diversas atividades que decorrerão nos meses de fevereiro a dezembro de 2020 na cidade de Braga.

Segunda

**Obrigações da Entidade Município de Braga**

A entidade compromete-se a:

1. Organizar, desenvolver e coordenar todas as ações necessárias para a realização eficaz da VI Capital da Cultura junto com o Eixo Atlântico.
2. Reunir com o Eixo Atlântico sempre que necessário para tratar de todos os assuntos relacionados com a organização da Capital.
3. Garantir o desenvolvimento do ato de inauguração e a sua coordenação com o Eixo Atlântico (protocolo, convites, esquema do ato, etc.).
4. Garantir a realização de atividades que incluam experiências comuns ou replicáveis em ambas, atividades que envolvam os restantes municípios e entidades do Eixo Atlântico, atividades vocacionadas para um público jovem, entre outras, tais como:
  - a. A programação cultural representativa da Galiza deverá integrar, pelo menos, 35% da programação total.

- b. A programação de Cultura Urbana da Euro-região deverá representar, pelo menos, 35% do total.
- c. Incluir no mínimo 1 evento em modelo competitivo a nível euro-regional que deverão centrar-se sobretudo nos eventos protagonizados pela juventude, particularmente nas expressões de cultura urbana.
  - i. Uma vez definidas as atividades/eventos a levar a cabo no modelo competitivo, articular com o Eixo Atlântico os regulamentos de participação e definir a atribuição dos prémios das distintas categorias em que se realizem as referidas atividades/eventos.
- 5. Indicar claramente qual o evento terá continuidade após a o fim da Capital.
- 6. Especificar que espaço público de nova criação se construirá a propósito da Capital da Cultura (praça do Eixo Atlântico, museu, teatro, espaço expositivo, etc.).
- 7. Articular a proposta de programação com as propostas recebidas através do Eixo Atlântico dos restantes municípios e outras entidades tentando integrá-las sempre que possível.
- 8. Assegurar a promoção e divulgação do referido evento dentro e fora do município de forma coordenada com o Eixo Atlântico.
- 9. Coordenar com o Eixo Atlântico a definição das conferências de imprensa a realizar prévias ao evento, que deverá constar no cronograma de organização da Capital.
- 10. Preparar a informação necessária em dossiers de imprensa para envio aos meios de comunicação social, bem como a logística inerente a cada uma das conferências de imprensa.
- 11. Produzir os seguintes elementos de comunicação obrigatórios:
  - a. Uma proposta de desenho do cartaz e da linha gráfica, consensualizada com o Eixo Atlântico.
  - b. Uma página Web, atualizada permanentemente, ou área específica na sua própria página para a difusão do evento, assim como deverá colaborar na dinamização e/ou criação das redes sociais do evento, que deverá contar com versões nas línguas galega e portuguesa. A utilização do espanhol é opcional.
  - c. Programas, convites e cartazes.
- 12. Roll-ups, mupis, lonas exteriores, lonas interiores, outdoors, anúncios em transportes, banners de exterior (no mínimo 2 destas tipologias).

13. O Município terá liberdade de captar patrocínios, no entanto o Eixo Atlântico reserva-se o direito de veto de patrocinadores, se estes estiverem envolvidos em ações polémicas.
14. Caso o Município venha a captar patrocínios, deve o mesmo concertar com o Eixo Atlântico a forma e em que suportes poderá usar nome, logótipos, etc., dos eventuais patrocinadores.
15. O Município de Braga assumirá as seguintes responsabilidades inerentes à organização do evento:
  - a. A exclusiva responsabilidade derivada de qualquer tipo de dano ou prejuízo pelo qual deva responder a entidade organizadora da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico.
  - b. Concretamente a responsabilidade que possa corresponder à entidade organizadora no que diz respeito aos danos em instalações e/ou pessoas e/ou os seus bens.
  - c. A responsabilidade e o pagamento de qualquer sanção, taxa ou preço público que possa gerar-se a propósito da realização da VI Capital da Cultura do Eixo Atlântico.
16. Elaborar, entregar ao Eixo Atlântico e apresentar em reunião do Grupo Temático de Educação e Cultura da memória descritiva de todo o evento, que inclua registo fotográfico, imagens, alcance e impacto do evento e resumo de imprensa, até 4 meses após o fim do evento.

#### Terceira

#### **Obrigações da Entidade Eixo Atlântico**

A entidade compromete-se a:

1. Conceder um apoio económico de 25.000 euros (VINTE E CINCO MIL EUROS) IVA incluído à taxa legal em vigor, para a organização do evento citado na cláusula primeira.
2. O modelo de apoio será a assunção de despesas de produção e conteúdos de programação, através das faturas que o Município de Braga proporá ao Eixo Atlântico,

até ao montante referido no número anterior, as quais serão pagas pelo Eixo Atlântico diretamente aos fornecedores.

3. O valor e os serviços a que respeitam as faturas deverão ser consultados previamente com o Eixo Atlântico e só deverão ser enviadas após a sua validação por parte do departamento administrativo do Eixo Atlântico.

Quarta

**Vigência**

O presente protocolo entrará em vigor após a sua assinatura e vigorará até à finalização do evento e respetiva entrega da memória descritiva de todo o evento, ou seja, 30 de abril de 2021.

Quinta

**Carácter Administrativo**

O presente Protocolo tem carácter administrativo e rege-se pelas cláusulas nele contidas, sendo subsidiária a aplicação dos princípios contidos na Lei sobre contratos na Administração Pública e demais disposições vigentes em matéria de contratos e protocolos, para a resolução de dúvidas que possam colocar-se para o seu cumprimento e execução.

Como prova da concordância com os seus termos assinam o presente protocolo, em exemplar duplicado no local e data indicados no encabeçamento.

Porto, 7 de fevereiro de 2020

---

Xoán Vázquez Mao

Secretário-geral do Eixo Atlântico

---

Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga



# ESTATUTOS DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1º

##### Natureza

1. O EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR – Associação de Municípios, constitui uma associação transfronteiriça de Direito público, integrada por municípios e entidades da Administração Local que configuram o sistema urbano da euro-região Galiza – Norte de Portugal, submetida à legislação portuguesa, bem como ao direito comunitário aplicável.
2. À associação Eixo Atlântico são aplicáveis as regras legais relativas às associações de municípios de fins específicos, sem prejuízo do disposto nos artigos 25º e 27º dos presentes estatutos, bem como da aplicação de normas de direito comunitário.

#### Artigo 2º

##### Âmbito

1. O Eixo Atlântico determina um espaço euro-regional inter-estatal cuja filosofia prossegue as orientações da União Europeia.
2. O âmbito territorial do Eixo Atlântico compreende o espaço regional ocupado pelos términos municipais e áreas de influência de cada uma das entidades que o constituem.

## Artigo 3º

### Objeto

1. Este espaço euro-regional integra as seguintes cidades e entidades: A Coruña, Barcelos, Braga, Bragança, Carballo, Eurocidade Chaves-Verín AECT, Ferrol, Guimarães, Lalín, Lugo, Macedo de Cavaleiros, Maia, Matosinhos, Mirandela, Monforte de Lemos, Narón, O Barco de Valdeorras, O Carballiño, Ourense, Paredes, Peso de Régua, Pontevedra, Porto, Riveira, Santa Maria da Feira, Santiago de Compostela, Sarria, Valongo, Viana do Castelo, Vigo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Real, Vilagarcía de Arousa e Diputación de Lugo.
2. Estas entidades urbanas pretendem ser os autênticos motores de desenvolvimento no espaço regional em que se inserem e que se caracteriza pela existência de determinadas realidades socioeconómicas e culturais similares.
3. Estas cidades e entidades têm consciência das causas reais dos seus problemas e pretendem encontrar as melhores soluções no âmbito do denominado Eixo Atlântico. Este Eixo, inserindo-se num espaço mais vasto que é a União Europeia, tem como principal finalidade o desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico das cidades e das regiões que o constituem. Desta forma, o Eixo Atlântico constitui uma associação transfronteiriça integrada pelas principais cidades e entidades da Galiza e da região Norte de Portugal, cujo fim é promover a coesão económica, social e cultural, nomeadamente, mediante a estruturação de um território comum.

## Artigo 4º

### Aquisição e perda da condição de associado

1. Poderão manifestar interesse na integração as entidades locais da Galiza e da região Norte de Portugal, de realidades socioeconómicas eminentemente urbanas, que solicitem a sua adesão à Comissão Executiva desta Associação. Uma vez recebido o pedido de adesão, que deverá ser acompanhado da deliberação do órgão plenário da entidade com interesse na integração, a

referida Comissão Executiva emitirá um parecer que será apresentado à Assembleia Geral. Para que a adesão seja aceite terá de obter 2/3 dos votos dos membros da Assembleia Geral.

2. Sem prejuízo do anterior, poderão ainda fazer parte do Eixo Atlântico as entidades que associem ou agrupem duas ou mais entidades locais das previstas no número anterior.

3. Os associados contribuirão com uma quota anual cujo valor será estabelecido pela Assembleia Geral.

4. A perda de condição de associado poderá dar-se por petição do interessado ou por expulsão.

5. Esta petição, tanto de entrada como de saída, deverá ser dirigida ao Presidente do Eixo Atlântico acompanhada de deliberação nesse sentido do Executivo Municipal, Assembleia Municipal ou órgão equivalente da entidade correspondente.

6. Motivos para expulsão:

a) Incumprimento no pagamento das quotas estabelecidas como membro do Eixo Atlântico, durante dois anos ou o atraso reiterado do pagamento das mesmas.

b) Atuações graves contrárias ao espírito e princípios desta Associação, aos seus Estatutos ou regras de funcionamento que tenham sido aprovadas pela Assembleia ou a qualquer um dos municípios e entidades da Administração Local associados.

7. A expulsão será decidida em Assembleia Geral e requererá, para a sua aprovação, o voto favorável de 2/3 dos seus membros, posteriormente a uma prévia audiência com associado em causa.

## Artigo 5º

### Línguas de Trabalho

1. As línguas de trabalho serão, indistintamente, o galego, o espanhol e o português.

## Artigo 6º

### Domicílio e gabinetes

1. O Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular tem a sua sede em Portugal, na Rua da Ribeira Negra, nº 55, também designada como Av. Inferior à Ponte D. Luís I, nº 55, freguesia de S. Nicolau, Município do Porto e em Espanha, na Calle Bolivia, nº 4, Município de Vigo.

2. A sede da Associação pode ser alterada por deliberação da Assembleia Geral.

3. Independentemente destes espaços físicos, e para um melhor desempenho dos seus objetivos, poder-se-ão criar novos gabinetes em qualquer cidade da União Europeia que a Comissão Executiva considere oportuno, sob proposta da Secretaria Geral.

## CAPÍTULO II

### OBJETIVOS

## Artigo 7º

### Objetivos

1. Os propósitos e objetivos do Eixo Atlântico enquadram-se no âmbito da cooperação transfronteiriça e determinam-se mediante o levantamento dos problemas de ordem económica, social, técnica e cultural e pela procura das melhores soluções para os resolver. Consideram-se como prioritários para a promoção e o desenvolvimento os seguintes:

- Projetos de infraestruturas
- Desenvolvimento económico
- Desenvolvimento sustentável
- Desenvolvimento inovador
- Turismo



- Política social e cultural, entendida como a promoção de todo o tipo de atividades sociais, culturais e desportivas que se identifiquem com as raízes e identidade dos municípios e entidades da Administração Local membros e que favoreçam a coesão do sistema urbano da Euro-região Norte de Portugal-Galiza
- Políticas Urbanas

2. O disposto no número anterior concretiza-se, nomeadamente através da realização de:

a) Estudos, planos, programas e projetos, mormente os que sejam suscetíveis de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional.

b) Formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades, públicas e privadas, suscetíveis de contribuir para o desenvolvimento dos respetivos territórios fronteiriços.

#### Artigo 8º

##### Coordenação com outros organismos

Para a prossecução dos referidos objetivos, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular atuará em coordenação com os organismos que detenham competência para apoiar e implementar as ações necessárias, particularmente com os que se encontram dependentes das instituições comunitárias europeias.

### CAPÍTULO III

#### MEIOS FINANCEIROS

#### Artigo 9º

##### Recursos Económicos

1. Para a prossecução dos seus objetivos, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular poderá contar com os seguintes recursos económicos:

a) Quotas pagas pelos seus membros, de acordo com o estabelecido.

b) Subvenções dos organismos públicos, doações, legados e ajudas de todo o tipo com as quais esta Associação possa ser favorecida.

c) Subvenções de organismos nacionais ou internacionais destinadas a sufragarem o custo dos serviços.

d) Empréstimos, empréstimos bancários e outros instrumentos financeiros análogos, desde que legalmente admissíveis.

e) Financiamentos no âmbito de programas comunitários.

f) Receitas provenientes de preços relativos a serviços prestados ou a bens fornecidos.

2. Para o funcionamento interno do Eixo Atlântico as quotas fixadas deverão respeitar a proporção com a realidade socioeconómica de cada um dos municípios e entidades da Administração Local integrantes.

## Artigo 10º

### Orçamento e Contas

1. O Eixo Atlântico elaborará um orçamento anual que coincidirá com o ano civil e será aprovado pela Assembleia Geral.

2. Com o orçamento poderá a Assembleia Geral aprovar a contração de empréstimos de tesouraria.

3. O Eixo Atlântico elaborará anualmente documentos de prestação de contas, que incluirão, necessariamente, um balancete e uma conta de resultados.

4. Sem prejuízo do controlo e acompanhamento a realizar pelo Conselho Fiscal, tanto o orçamento como as contas anuais (balancete e conta de resultados) serão objeto de auditoria externa independente.

5. A responsabilidade financeira de cada associado é limitada ao montante da sua quota.

6. Para efeitos de aplicação do número 2 deste artigo, consideram-se empréstimos de tesouraria

aqueles que se destinam a atender a necessidades de tesouraria decorrentes da execução de projetos financiados por fundos europeus ou nacionais e cujo montante nunca poderá exceder 45% do valor total de tais fundos.

#### Artigo 11º

##### Património

1. O património do Eixo Atlântico será composto pelos bens que os membros lhe adscrevam para o cumprimento dos seus fins, bem como os que a própria entidade adquira com os seus próprios recursos.
2. Os membros do Eixo Atlântico poderão ceder à entidade bens públicos para o cumprimento dos seus fins, dentro dos limites legais e sem prejuízo da legislação específica a cada caso aplicável.
3. Os bens e direitos adscritos conservam a qualidade e titularidade original, sendo o Eixo Atlântico responsável pela sua conservação e utilização para o cumprimento dos fins determinados no momento da atribuição.

### CAPÍTULO IV

#### ORGÃOS DIRIGENTES E SUAS FUNÇÕES

#### Artigo 12º

##### Composição, Sede e Competências da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo e será composta pelos Presidentes dos Municípios e Presidentes das entidades da Administração Local membros do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular no pleno uso dos seus direitos.
2. Os titulares poderão delegar a sua representação na Assembleia Geral a um membro do Executivo ou da entidade que faz parte do Eixo Atlântico nos termos estabelecidos pela legislação

nacional aplicável. Excecionalmente, e nos casos nos quais a organização municipal da Câmara Municipal o justifique, o Presidente poderá designar um delegado permanente para as reuniões políticas do Eixo Atlântico que deverá ter carácter estável e ter o cargo adequado à representação que ocupa.

3. A Assembleia Geral está sediada na Sede da Associação e funcionará em qualquer local a indicar na Convocatória pela Mesa da Assembleia Geral.

4. São da competência da Assembleia Geral:

- a) Determinar a composição da Mesa da Assembleia Geral
- b) Aprovação da estratégia e sua execução mediante o programa anual de atividades
- c) Aprovação de contas do exercício anterior e dos orçamentos anuais
- d) Nomeação e controlo da Comissão Executiva
- e) Aprovação e alteração dos Estatutos
- f) Aprovação de um Regulamento Interno de funcionamento dos órgãos do Eixo Atlântico
- g) Dissolução
- h) Destituição dos titulares dos órgãos da Associação
- i) Integração ou expulsão de novos membros
- j) Qualquer outra competência que possa ser estabelecida nos Estatutos ou no Regulamento Interno

### Artigo 13º

#### Sessões e Convocatórias

1. A Assembleia Geral reunirá em sessão ordinária uma vez por ano.

2. A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente sempre que a Comissão Executiva ou metade dos associados o solicite.

3. A convocação da Assembleia Geral, com indicação do dia, horário, local da reunião e Ordem de Trabalhos, será feita pelo Secretário Geral, com aprovação prévia do Presidente da Assembleia



Geral ou por quem o substitua, por via postal, correio eletrônico ou por fax, com pelo menos quinze dias consecutivos de antecedência. Para a realização da Assembleia Geral extraordinária, a convocatória realizar-se-á com os mesmos requisitos gerais referidos, sendo suficiente uma antecedência mínima de oito dias consecutivos.

4. Os requerimentos para a convocação da Assembleia Geral deverão ser dirigidos, por escrito, ao Presidente da Comissão Executiva e deles constarão sempre a Ordem de Trabalhos, explicitada de forma objetiva, a qual não poderá ser alterada.

5. No caso de a convocação ser feita a pedido de metade dos associados, estes deverão estar presentes, salvo motivo de força maior devidamente justificado. Sem este requisito, a Assembleia Geral não poderá realizar a reunião solicitada.

6. Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a Comissão Executiva ou a Assembleia Geral, o voto dos membros do órgão competente pode ser efetuado por procedimento de consulta escrita.

#### Artigo 14º

##### Funcionamento

1. Para que a Assembleia Geral seja válida será necessária a presença, em primeira convocatória, de 2/3 dos seus membros, não se requerendo qualquer quórum para a validação da sua realização em segunda convocatória.

2. Salvo o disposto nos números seguintes as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos associados presentes.

3. Os acordos sobre modificações aos Estatutos exigem o voto favorável de 3/4 do número de associados presentes.

4. As deliberações sobre a dissolução da Associação requerem o voto favorável de 3/4 do número de todos os associados.

5. Sem prejuízo do disposto no artigo 10º, número 2, as deliberações relativas ao recurso a empréstimos para investimento deve ser tomado por unanimidade.

#### Artigo 15º

##### Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral assegura e dirige os trabalhos da Assembleia Geral, sendo integrada por três membros, o Presidente da Assembleia Geral, o Vice-presidente e pelo Secretário Geral da Associação.

#### Artigo 16º

##### Da Comissão Executiva e seus membros

1. A Comissão Executiva será constituída por 1/4 dos seus membros da Assembleia Geral além do Presidente, Vice-presidente da mesma e pelo Secretário Geral, que intervém, com voz mas sem voto, como secretário da mesma. O Presidente da Câmara Municipal do Porto e o Alcade do Concelho de Vigo são membros permanentes desta Comissão.

2. A perda de qualidade de Presidente de Câmara ou Presidente da entidade que representa traduzir-se-á na cessação na Comissão Executiva, passando a integrar-se na mesma o novo Presidente, salvo que a Assembleia Geral acorde pela substituição. Desta previsão excetua-se o presidente do Eixo Atlântico, cuja substituição se regerá pelo disposto no número 5, do artigo 18º.

3. A duração do mandato da Comissão Executiva será de quatro anos.

4. A Comissão Executiva reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por semestre e extraordinariamente quando o Presidente assim o determine ou por solicitação da maioria dos membros que a integram, sendo em todo caso necessário que a sua convocação se realize, com as mesmas formalidades previstas para a convocatória da Assembleia Geral, com pelo menos quinze dias consecutivos de antecedência.

5. Os Presidentes de Câmara ou Presidentes membros poderão ser substituídos ocasionalmente por um membro da sua corporação ou um membro da entidade que faz parte do Eixo Atlântico nos termos estabelecidos pela legislação nacional aplicável. Excecionalmente, e nos casos nos quais a organização municipal da Câmara Municipal o justifique, o presidente poderá designar um comissionado especial para as reuniões políticas do Eixo Atlântico que deverá ter carácter estável e ter o cargo adequado à representação que ocupa.

## Artigo 17º

### Competências da Comissão Executiva

1. Compete à Comissão Executiva exercer todos os poderes necessários para a execução das atividades que correspondem ao objeto da Associação, exceto as atribuídas imperativamente à Assembleia Geral, e, concretamente, as seguintes:

- a) Executar os acordos adotados pela Assembleia Geral
- b) Propor à Assembleia a realização de projetos, trabalhos, estudos, memórias e atividades de carácter singular ou de elevado valor estratégico
- c) Apresentar anualmente a proposta de orçamento e o Programa de Atividades assim como as contas do exercício anterior
- d) Promover as atividades necessárias para a prossecução dos objetivos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
- e) Subscrever acordos de cooperação
- f) Todas as outras funções que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral, pelos presentes Estatutos e pelo Regulamento Interno

2. Salvo nos presentes Estatutos, os acordos da Comissão Executiva serão adotados pela maioria dos votos dos membros presentes.

## Artigo 18º

### Do Presidente

1. Compete ao Presidente da Comissão Executiva:

- a) Presidir à Comissão Executiva
- b) Representar o Eixo Atlântico nas suas relações externas perante qualquer pessoa ou entidade jurídica, pública ou privada
- c) Supervisionar a execução das decisões adotadas pela Assembleia Geral e pela Comissão Executiva
- d) Supervisionar o trabalho da Secretaria Geral

2. No cumprimento das suas funções, o Presidente pode outorgar e assinar todo o tipo de documentos, exercendo todos os direitos inerentes ao Eixo Atlântico.

3. O Presidente poderá delegar funções no Secretário Geral.

4. O Presidente será eleito pela Comissão Executiva, de entre os seus membros, por um período de dois anos, podendo ser reeleito.

5. O Presidente será um Presidente de Câmara ou Presidente de uma entidade membro do Eixo Atlântico. Se cessar o seu cargo será substituído pelo Vice-presidente do Eixo Atlântico até à eleição do novo Presidente, que terá lugar na primeira Comissão Executiva que se realize.

6. O Presidente poderá ser demitido das suas funções por maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva.

7. Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente, em caso de impossibilidade ou impedimento deste, assim como desempenhar as funções que lhe sejam delegadas pelo Presidente ou pela Comissão Executiva.

## Artigo 19º

### Do Conselho de Auditoria e Controlo

1. O Conselho de Auditoria e Controlo é o órgão fiscalizador da atividade económico-financeira da



Associação.

2. Será integrado por um número ímpar de titulares, nunca inferior a três, designadamente o contabilista da Associação em Portugal, o contabilista da Associação em Espanha e o Secretário Geral da Associação.

3. O Conselho de Auditoria e Controlo funcionará na sede da Associação.

4. O Conselho de Auditoria e Controlo reunir-se-á, ordinariamente, para o exercício das competências definidas na alínea b), do número 1, do artigo 20º.

5. Lavrar-se-ão atas das reuniões do Conselho de Auditoria e Controlo.

6. Para o exercício das competências definidas no artigo 20º, o Conselho de Auditoria e Controlo tem acesso, exclusivamente para consulta, a toda a documentação de carácter administrativo e/ou contabilístico.

## Artigo 20º

### Competências do Conselho de Auditoria e Controlo

1. Compete ao Conselho de Auditoria e Controlo:

a) Examinar, anualmente, a contabilidade e a tesouraria da Associação, reunindo com a Comissão Executiva sempre que necessário ao exercício das suas competências

b) Dar parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Comissão Executiva até à realização da Assembleia Geral

c) Apresentar à Comissão Executiva todas as sugestões do âmbito da gestão financeira que julgue de interesse para a vida da Associação

2. Sempre que no exercício das competências definidas na alínea a), do número 1, o Conselho de Auditoria e Controlo detete irregularidades insuscetíveis de correção que ponham em causa uma correta gestão económico-financeira deve propor a Convocação da Assembleia Geral para sua

denúncia e apreciação.

## Artigo 21º

### Deliberações

O Conselho de Auditoria e Controlo só poderá reunir desde que esteja presente a maioria dos seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes.

## Artigo 22º

### Da Secretaria Geral

1. Compete à Secretaria Geral a administração, gestão e execução dos acordos e programas de ação adotados pela Assembleia Geral e pela Comissão Executiva.
2. A Secretaria Geral será dirigida pelo Secretário Geral, o qual terá um cargo de direção e será eleito pela Assembleia Geral, por proposta do Presidente.
3. O Secretário Geral poderá ser cessado pela Assembleia Geral por maioria simples dos seus membros.
4. A Comissão Executiva e o Presidente poderão delegar no Secretário Geral o que considerarem oportuno para a prossecução dos objetivos estabelecidos e dos acordos adotados. Salvo decisão em contrário, é da competência do Secretário Geral:
  - a) Subscrever, em nome do Eixo Atlântico, documentos e contratos, públicos ou privados necessários para o desenvolvimento dos objetivos da Associação no contexto do orçamento e do programa aprovados anualmente pela Assembleia Geral e até um limite de 200.000€ no caso de contratos necessários para a execução de programas financiados por fundos europeus
  - b) Autorizar e assinar pagamentos e receitas podendo recorrer a todos os meios permitidos pelas entidades bancárias e comerciais
  - c) Apresentar projetos perante organismos ou autoridades
  - d) Efetuar contratações e despedimentos do pessoal
  - e) Outorgar poderes gerais e especiais a advogados e procuradores em caso de conflitos

para comparecerem perante juízos e tribunais

f) Abrir e assinar correspondência

g) Criar os serviços e comissões que considere necessário para o cumprimento dos objetivos da entidade no contexto do orçamento e do programa aprovados anualmente pela Assembleia Geral

h) Subscrever acordos de cooperação específicos de carácter bilateral com os membros do Eixo Atlântico que sejam necessários para a execução dos objetivos fixados ou para atender às necessidades da entidade ou dos seus membros

i) Aprovar a elaboração conjunta de projetos ou ações comuns, no âmbito dos programas e apoios da União Europeia

j) Propor ao Presidente a lista de assuntos para a elaboração da ordem do dia de cada convocatória da Assembleia Geral

k) Propor à Comissão Executiva o programa de atuações e o orçamento anual e, em caso de aprovação, executar essas propostas

l) Zelar, supervisionar e assegurar a execução das decisões adotadas pela Assembleia Geral e pela Comissão Executiva

m) Representar o Eixo Atlântico no desempenho das suas funções, na ausência do Presidente ou Vice-presidente ou por delegação destes

5. O Secretário Geral participará nas Assembleias Gerais e Comissões Executivas na sua qualidade, com voz mas sem voto. Será também membro permanente de todas as Comissões Técnicas que se venham a constituir.

## Artigo 23º

### Responsabilidade do Secretário Geral

1. O Secretário Geral será responsável civil, penal e administrativamente dos seus atos próprios e dos acordos e resoluções que se adotem com a sua proposta pelos órgãos do Eixo Atlântico e respondam a uma conduta negligente, culposa ou dolosa pela sua parte.

2. O Eixo Atlântico fica obrigado pela assinatura do Secretário Geral, dentro do âmbito das suas competências.

## Artigo 24º

### Das Comissões Delegadas e das Comissões Técnicas

1. A Comissão Executiva poderá acordar a criação de Comissões Delegadas ou Comissões Técnicas com o intuito de desenvolver questões ou programas que, pela sua complexidade ou singularidade, requeiram um estudo prévio ou acompanhamento das atividades realizadas.
2. As Comissões Delegadas serão integradas por um representante de cada uma das cidades e entidades membro.
3. As Comissões Técnicas serão constituídas por técnicos especializados nos respetivos temas que serão eleitos diretamente pela Comissão Executiva, dependendo diretamente do Secretario Geral que presidirá as citadas Comissões.

## Artigo 25º

### Regime de pessoal

1. O Eixo Atlântico selecionará o seu próprio pessoal, que estará vinculado à entidade de acordo com as modalidades vigentes na legislação laboral em vigor em cada país. Entre as diversas modalidades de contrato previstas na legislação correspondente, recorrer-se-á às que melhor se adaptem às necessidades concretas do Eixo Atlântico.
2. As relações entre o Eixo Atlântico e os seus trabalhadores em Espanha serão reguladas através de um convénio coletivo próprio e específico.

## Artigo 26º

Os presentes Estatutos serão desenvolvidos pelo Regulamento Interno que será elaborado pela Comissão Executiva e aprovado pela Assembleia Geral.



## Artículo 27º

Legislação aplicável aos procedimentos relativos a financiamentos comunitários

A legislação aplicável para os procedimentos de contratação relacionados com os processos de financiamento comunitários será a legislação nacional do país onde corre tal procedimento, aplicando-se as regras do respetivo aviso.

## Artigo 28º

Os casos omissos serão regulados pelas disposições legais aplicáveis.